

GDPar GDSolar
Participações em
Projetos Solares
S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
GDPAR GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GDPAR GDSolar Participações em Projetos Solares S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GDPAR GDSolar Participações em Projetos Solares S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial individual e consolidado da GDPAR GDSolar Participações em Projetos Solares S.A. em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

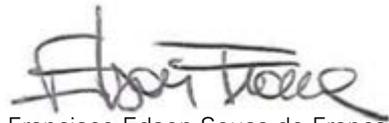
operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 19 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Francisco Edson Sousa de França
Contador CRC CE 019801/O-0

GDPPar GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)			2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	39	1	128	1	Fornecedores	14	-	2	3.562	2
Impostos a recuperar		23	-	23	-	Obrigações fiscais		-	-	126	-
Adiantamentos a fornecedores		1	-	1	-	Outras contas a pagar		31	-	31	-
Outras contas a receber		-	-	93	-	Passivo de arrendamento	13	-	-	471	-
Total do ativo circulante		63	1	245	1	Total do passivo circulante		31	2	4.190	2
Não circulante						Não circulante					
Investimentos	11	104.047	-	-	-	Mútuos com partes relacionadas	10	3	1	23	1
Imobilizado	12	-	-	107.572	-	Passivo de arrendamento	13	-	-	13.417	-
Ativo de direito de uso	13	-	-	13.888	-	Total do passivo não circulante		3	1	13.440	1
Ativo intangível		26	-	26	-	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		104.073	-	121.486	-	Capital social	15	104.169	-	104.169	-
						Prejuízos acumulados		(67)	(2)	(67)	(2)
						Total do patrimônio líquido		104.102	(2)	104.102	(2)
Total do ativo		104.136	1	121.731	1	Total do passivo e patrimônio líquido		104.136	1	121.731	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPPar GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 <u>(não auditado)</u>	2020	2019 <u>(não auditado)</u>
<u>Despesas Operacionais</u>					
Despesas gerais e administrativas	16	(2)	(2)	(43)	(2)
Despesas tributárias		-	-	(12)	-
Resultado de equivalencia patrimonial	11	(58)	-	(5)	-
Outras despesas		(5)	-	(5)	-
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(64)</u>	<u>(2)</u>	<u>(60)</u>	<u>(2)</u>
Despesas financeiras		(1)	-	(5)	-
Resultado Financeiro		<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(65)</u>	<u>(2)</u>	<u>(65)</u>	<u>(2)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPar GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Prejuízo do exercício	(65)	(2)	(65)	(2)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(65)	(2)	(65)	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPPar GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Lucros Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	capital a integralizar		
Capital Social		200	(200)		-
Prejuízo do exercício		-	-	(2)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		200	(200)	(2)	(2)
Aumento de capital	15	103.969	200	-	104.169
Prejuízo do exercício		-	-	(65)	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		104.169	-	(67)	104.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPPar GDSolar Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(65)	(2)	(65)	(2)
Ajustes por:		-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	58	-	-	-
Ajustes de Participações Societárias	11	3	-	-	-
		(4)	(2)	(65)	(2)
Decrécimo/ (acrécimo) em ativos					
Adiantamentos a Fornecedores		(1)	-	(1)	-
Impostos a Recuperar		(23)	-	(23)	-
Outras contas a receber		-	-	(93)	-
(Decrécimo)/ acréscimo em passivos					
Fornecedores	14	(2)	2	3.560	2
Obrigações fiscais		-	-	126	-
Outras contas a pagar		31	-	31	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1	(0)	3.534	(0)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1	(0)	3.534	(0)
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aumento em Investimentos	11	(104.107)	-	-	-
Acrécimo de imobilizado	12	-	-	(107.572)	-
Ativo intangível		(26)	-	(26)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(104.133)	-	(107.598)	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Aumento de capital	15	104.169	-	104.169	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Mútuos	10	2	1	22	1
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		104.170	1	104.190	1
		38	1	127	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	-	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		39	1	128	1
		38	1	127	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A GDPAr GDSolar Participações em Projetos Solares S.A (“GDPAr Solar” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 02 de setembro de 2019, com sede da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 5º andar, conjunto 502 Parte C, CEP 04538-133. A Companhia tem como atividade principal o investimento em outras empresas (controladas diretamente, na condição de sócia, acionista ou quotista), no segmento de geração distribuída de energia fotovoltaica.

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução 482/2012 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 25 anos. A GDPAR Solar tem como principais clientes a Origo Energia e Magazine Luiza, empresas com sólida capacidade de crédito e bem estabelecidas no mercado brasileiro.

Os projetos da GDPAr Solar foram adquiridos através de parceiros com larga experiência de mercado, todos em fase inicial de desenvolvimento. Logo após a aquisição foram contratados Epcistas de primeira linha para construção de Usinas alocadas nas seguintes Usinas SPes.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”).

1.1 Relação das entidades controladas

	<u>% de Participação</u>	
	2020	2019
<i>Controladas diretas:</i>		
UFVs Origo Energia:		
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
	<u>% de Participação</u>	
	2020	2019
<i>Controladas diretas:</i>		
UFVs Magazine Luiza:		
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-

1.2 Situação da COVID

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação da COVID-19. Em 11 de março de 2020, ela declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Desde março de 2020 até 31 de dezembro de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamento ou outras restrições para conter o vírus, ocasionando a suspensão ou redução de atividades de empresas em diversos setores da economia. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros é esperado com retração dos Produtos Internos Brutos - PIB das maiorias dos países.

A Administração implantou alguns procedimentos, dentre eles, a adoção de teletrabalho (*home office*) para parte dos colaboradores, horários flexíveis de entrada e saída dos colaboradores nas dependências da Companhia, adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço para favorecer o distanciamento social e introdução de rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais.

A atividade econômica da Companhia não sofreu impactos representativos em decorrência da Pandemia.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelos Diretores em 19 de maio de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

4 Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13 - Arrendamentos**

Determinação se os contratos de arrendamentos se classificam em operacionais ou financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 13 – arrendamentos**

Critério para definição de taxa de desconto utilizada para cálculo dos passivos de arrendamento.

Mensuração do valor justo

Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são

incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todos os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades controladas, mencionada na nota explicativa nº 1.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. *Imposto de renda e contribuição social - Correntes*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente das controladas diretas e indiretas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável (base de presunção de 32%) excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (base de presunção de 32%) para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A controladora está enquadrada no regime de tributação do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

c. *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, e são calculados com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. O Grupo não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do

contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	--

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro encontra-se vencido e avalia-se que não há mais recursos eficientes para cobrança.

O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que o Grupo não possui ágio contabilizado em suas demonstrações contábeis, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendador

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita operacional pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais

incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

j. Transações em moedas estrangeiras

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Para os itens de adiantamentos a fornecedores estrangeiros, conforme ICPC 21, não há reconhecimento de variação cambial.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Bancos conta movimento	<u>39</u>	<u>1</u>	<u>128</u>	<u>1</u>

10 Partes relacionadas

As operações de recursos com partes relacionadas não estão sujeitas à atualização monetária e não possuem vencimento determinado. Os saldos dessas contas correntes ao final de cada exercício podem ser assim apresentados:

(i) Saldos de ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Passivos				
Circulante				
Fornecedores				
BRL Solar Equipamentos Ltda (a)	-	-	3.494	-
Não Circulante				
Mútuos				
GDSolar Energia ltda	2	-	22	-
GD Solar Holding S/A	1	-	1	-
	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>23</u>	<u>-</u>
Partes Relacionadas – Passivo	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>3.517</u>	<u>-</u>

(a) Fornecedor de Equipamentos de Usinas Fotovoltaicas e acionista da companhia com 20% das ações ordinárias.

11 Investimentos

a. Composição do saldo

	% Participação			
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Investidas				
UFVs Origo Energia	100	-	83.949	-
UFVs Magazine Luiza	100	-	<u>20.098</u>	<u>-</u>
Saldo de Investimentos			<u>104.047</u>	<u>-</u>

b. Movimentação

Investidas	2019	Aumento de capital	Ajuste de Investimentos	Equivalência Patrimonial	2020
UFVs Origo Energia					
Ufv MG XXIII Equip.Fotov.	-	9.537	-	(2)	9.535
SPE MG XVIII Equip.Fotov.	-	9.247	-	(1)	9.246
Ufv MG XXI Equip.Fotov.	-	9.285	-	(1)	9.284
Ufv MG XXII Equip.Fotov	-	9.192	-	(1)	9.191
Ufv MG XIX equip.Fotov.	-	9.540	-	(7)	9.533
Ufv.SPE XV Equip.Fotov.	-	9.564	-	(7)	9.557
Ufv.MG XVI Equip.Fotov.	-	9.143	-	(5)	9.138
Ufv.MGXVII Equip.Fotov.	-	9.220	-	(4)	9.216
Ufv.MG XX Equip.Fotov.	-	9.251	-	(2)	9.250
Total UFVs Origo Energia	-	83.979	-	(30)	83.949
UFVs Magazine Luiza					
Ufv.PE II Equip.Fotov.	-	2.580	(3)	(4)	2.574
Ufv.BA II Equip.Fotov.	-	3.665	-	(7)	3.658
Ufv.RN I Loc.Equip.Fotov.	-	1.635	-	(3)	1.632
Ufv.PB I Loc.Equip.Fotov.	-	1.689	-	(4)	1.685
Ufv.SP VI Iequip.Fotov.	-	2.412	(1)	(3)	2.408
Ufv.SC I Equip.Fotov.	-	3.780	-	(1)	3.779
Ufv.RS I Loc.Equip.Fotov.	-	2.787	-	(5)	2.783
Ufv.RS II Loc.Equip.Fotov.	-	1.581	-	(1)	1.579
Total UFVs Magazine Luiza	-	20.129	(3)	(28)	20.098
Total em Investidas	-	104.107	(3)	(58)	104.047

Todas as participações societárias foram efetuadas ao longo de 2020.

c. Dados sobre controladas:

	Ufv MG XXIII Equip.Fotov.	
	2020	2019
Ativo total	10.735	-
Passivo total	10.736	-
Resultado do exercício	(2)	-
Patrimônio líquido	9.535	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(2)	-
	SPE MG XVIII Equip.Fotov.	
	2020	2019
Ativo total	10.158	-
Passivo total	10.160	-
Resultado do exercício	(1)	-
Patrimônio líquido	9.246	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-

Ufv MG XXI Equip.Fotov.		
	2020	2019
Ativo total	10.196	-
Passivo total	10.198	-
Resultado do exercício	(1)	-
Patrimônio líquido	9.284	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-

SPE MG XXII Equip.Fotov.		
	2020	2019
Ativo total	11.210	-
Passivo total	11.212	-
Resultado do exercício	(1)	-
Patrimônio líquido	9.191	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-

Ufv MG XIX Equip.Fotov.		
	2020	2019
Ativo total	12.111	-
Passivo total	12.118	-
Resultado do exercício	(7)	-
Patrimônio líquido	9.533	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(7)	-

SPE MG XV Equip.Fotov.		
	2020	2019
Ativo total	11.842	-
Passivo total	11.849	-
Resultado do exercício	(7)	-
Patrimônio líquido	9.557	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(7)	-

Ufv MG XVI Equip.Fotov.		
	2020	2019
Ativo total	11.466	-
Passivo total	11.471	-
Resultado do exercício	(5)	-
Patrimônio líquido	9.138	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(5)	-

	SPE MG XVII Equip.Fotov.	
	2020	2019
Ativo total	11.232	-
Passivo total	11.236	-
Resultado do exercício	(4)	-
Patrimônio líquido	9.216	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(4)	-

	Ufv MG XX Equip.Fotov.	
	2020	2019
Ativo total	11.439	-
Passivo total	11.441	-
Resultado do exercício	(2)	-
Patrimônio líquido	9.250	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(2)	-

	Ufv.PE II Equip.Fotov.	
	2020	2019
Ativo total	2.578	1
Passivo total	2.582	4
Resultado do exercício	(4)	(3)
Patrimônio líquido	2.574	(3)
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(4)	-

	Ufv.BA II Equip.Fotov.	
	2020	2019
Ativo total	3.660	-
Passivo total	3.667	-
Resultado do exercício	(7)	-
Patrimônio líquido	3.657	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(7)	-

	Ufv.RN I Loc.Equip.Fotov.	
	2020	2019
Ativo total	1.909	-
Passivo total	1.911	-
Resultado do exercício	(3)	-
Patrimônio líquido	1.632	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(3)	-

	Ufv.PB I Loc.Equip.Fotov.	
	2020	2019
Ativo total	1.957	-
Passivo total	1.960	-
Resultado do exercício	(4)	-
Patrimônio líquido	1.685	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(4)	-
	Ufv.SP VI 1equip.Fotov.	
	2020	2019
Ativo total	2.681	-
Passivo total	2.684	1
Resultado do exercício	(3)	(1)
Patrimônio líquido	2.408	(1)
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(3)	-
	Ufv.SC I Equip.Fotov.	
	2020	2019
Ativo total	3.782	-
Passivo total	3.783	-
Resultado do exercício	(1)	-
Patrimônio líquido	3.779	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-
	Ufv.RS I Loc.Equip.Fotov.	
	2020	2019
Ativo total	3.106	-
Passivo total	3.111	-
Resultado do exercício	(5)	-
Patrimônio líquido	2.783	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(5)	-
	Ufv.RS II Loc.Equip.Fotov.	
	2020	2019
Ativo total	1.579	-
Passivo total	1.581	-
Resultado do exercício	(1)	-
Patrimônio líquido	1.579	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-

12 Imobilizado

a. Composição da conta

	Taxa média de depreciação % a.a	Vida útil em anos	Consolidado		
			2020		
			Custos	Depreciação Acumulada	Líquido
Adto inversões fixas (a)	-	-	51.420	-	51.420
Ativo Fixo em andamento (b)	4	25	44.084	-	44.084
Montagem e Instalações	-	-	4.324	-	4.324
Outros Custos Implantação	-	-	7.744	-	7.744
Total Geral do Ativo Imobilizado			107.572	-	107.572

- (a) São adiantamentos a fornecedores responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaicas.
- (b) Ativos de Usinas Fotovoltaicas em construção com cronogramas de implantação em diferentes estágios. A conclusão e entrada em operação acontecerá ao longo de 2021.

b. Movimentação

	Consolidado				
	2019 – não auditado	2020			Saldo Final
		Saldo Inicial	Adições	Baixas	
Custo					
Adto inversões fixas (a)	-	51.420	-	-	51.420
Ativo Fixo em andamento	-	44.084	-	-	44.084
Montagem e Instalações	-	4.324	-	-	4.324
Outros Custos Implantação	-	7.744	-	-	7.744
Total do ativo imobilizado	-	107.572	-	-	107.572

13 Arrendamentos

Ver política contábil na nota explicativa 7 (arrendamentos).

a. Arrendamentos como arrendatário

O Grupo arrenda terras para instalação de Usinas Fotovoltaicas. Esses arrendamentos referem-se a escrituras de direito real de superfície com prazo médio de duração de 30 anos, ajustado a valor presente pela taxa de CDI + spread de 3,1% a.a. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente pela inflação do período. O grupo faz a sublocação desses arrendamentos para os clientes arrendatários das Usinas Fotovoltaicas.

(i) Ativos de Direito de Uso

	Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)
Direito de Uso de Superfície	13.888	-
(-) Depreciação Acumulada	-	-
Total Direito de Uso	13.888	-

(ii) Passivos de Arrendamento

Descrição	Consolidado			
	2020			
	Adições	Juros	Pagamentos	Saldo Final
Direito de Uso de Superfície	13.888	-	-	13.888
Total de Arrendamentos	13.888	-	-	13.888
Circulante	-	-	-	471
Não Circulante	-	-	-	13.417

b. Arrendamentos como arrendador

(i) Arrendamento Operacional

O Grupo arrenda suas Usinas fotovoltaicas para os clientes alinhados com a Resolução nº 482/2012 da ANEEL. O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos.

As tabelas a seguir apresentam uma análise dos vencimentos dos recebíveis de arrendamento dos projetos em fase de implantação (que já possuem contratos de arrendamentos firmados), demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base.

Projetos em implantação

Período	Consolidado	
	2020	2019
2021	21.540	-
2022	32.045	-
2023	33.167	-
2024	29.947	-
2025 em diante	370.273	-
Total	486.972	-

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores				
BRL Solar Equipamentos Ltda. (a)	-	-	3.494	-
Sompo Segurados S.A	-	-	40	-
Fotovoltec Projetos E Cons. de Energia Fotovoltec Ltda.	-	-	28	-
Outros	-	2	-	2
Total de Fornecedores	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>3.562</u>	<u>2</u>

(a) Fornecedor parte relacionada, ver nota explicativa nº 10.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, subscrito e integralizado, conforme AGE de 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 104.169 (R\$ 0 em 2019), representado por 130.160.635 ações ordinárias e preferencias, sem valor nominal, conforme apresentado no quadro abaixo:

31 de dezembro de 2020	Ações		%	R\$
Acionistas	ordinárias	Preferenciais		
GD Geração Distribuida Participações S.A.	104.028.508	100.000	80	104.128.508
BRL Solar Equipamentos Ltda.	26.032.127	-	20	40.000
	<u>130.060.635</u>	<u>100.000</u>	<u>100</u>	<u>104.168.508</u>

Em 03 de junho de 2020 a sócia GD Geração Distribuida Participações S.A integralizou o capital social pendente de integralização no montante de R\$ 200.001 e em ato subsequente cedeu 40.000 ações ordinárias para a antiga socia GDSolar Holding S.A.

Em 31 de dezembro de 2020 a companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 103.969 mediante a emissão de 129.960.634 de novas ações ordinárias nominativas, integralizados em moeda nacional, passando o capital de R\$ 200 para R\$ 104.169.

As ações preferenciais farão jus, de modo cumulativo a um dividendo prioritário mínimo no valor de 99,999% do lucro líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício social.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, não houve constituição de reserva legal no exercício de 2020.

c. Destinação de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios anuais mínimos de 0,001%. Durante os exercícios de 2020 e 2019 a companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas.

16 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Serviços tomados	2	2	35	2
Outras despesas gerais e administrativas	-	-	8	-
	2	2	43	2

17 Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos – Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	VJR	Ativos financeiros a	Outros passivos	Valor justo
		custo amortizado	financeiros	Nível 2
Em 31 de dezembro de 2020		(Consolidado)	(Consolidado)	(Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	-	128	-	-
Fornecedores	-	-	3.562	-
Passivo de Arrendamento	-	-	13.888	13.888
Partes Relacionadas	-	-	23	-
Em 31 de dezembro de 2019		(Consolidado)	(Consolidado)	(Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	-	-
Fornecedores	-	-	2	-
Partes Relacionadas	-	-	2	-

Valor justo (Nível 2) - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo inputs significativos não observáveis.

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e

- Risco de mercado.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

O gerenciamento de risco do Grupo foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente dos depósitos bancários. As empresas que compõem o grupo, por estarem na sua maioria em fase pré-operacional, não apresentaram saldo em contas a receber no período analisado.

A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes do Grupo apresentar uma proposta ou participar de alguma concorrência. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias.

Em relação ao risco de crédito de caixa de equivalentes de caixa, o Grupo adota como premissa, investir em instituições financeiras de grande porte.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo consolidado de “Caixa e equivalentes de caixa” foi de R\$ 128 (2019: R\$ 1). Tais saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores não incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Em 31 de dezembro de 2020	Consolidado			
	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores (Nota 14)	(3.562)	(3.562)	-	-
Passivo de Arrendamento (Nota 13)	(13.888)	(1.047)	(1.047)	(28.795)
Total	(17.450)	(4.609)	(1.047)	(28.795)

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, tenham impacto nos ganhos do Grupo. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia e suas investidas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos derivativos

O Grupo não operou em 2020 com instrumentos de derivativos para troca de risco.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o grupo busca diversificar as aplicações de recursos em termos de taxas prefixadas, mantidas em operações vinculadas ao CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos financiamentos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Taxa	Saldo em 31/12/2020	Cenário A 10%	Cenário B 25%	Cenário C 10%	Cenário D 25%
Ativo						
Aplicações Financeiras	CDI	1,90%	1,71%	1,43%	2,09%	2,38%
Exposição líquida do balanço patrimonial		<u>39</u>	<u>40</u>	<u>39</u>	<u>40</u>	<u>40</u>
Passivo						
Arrendamentos	IPCA	4,52%	4,07%	3,39%	4,97%	5,65%
Exposição líquida do balanço patrimonial		<u>13.888</u>	<u>14.453</u>	<u>14.359</u>	<u>14.579</u>	<u>14.673</u>

O cenário A, provável, considera uma desvalorização em 10% e o cenário B, possível, considera uma desvalorização em 25%, o cenário D considera uma valorização em 10% e o cenário D uma valorização em 25%.

As seguintes taxas de juros aplicadas durante o ano:

<u>Taxa de fechamento na data</u>	
2020	2019
4,52%	4,31%

18 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Adições de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	13.888	-

* * *

Augusto Cesar do Nascimento Beber
Representante Legal

Hudson de Souza e Silva
Diretor de Operações

Responsável técnico

Jose Tadeu Matias
Contador CRC 1SP215874/O/3